

O lugar das artes visuais no currículo do 2º ciclo do ensino básico.

Uma leitura comparada do programa de EVT e das Competências Essenciais.

Esta comunicação pretende promover uma reflexão sobre o lugar das Artes Visuais no currículo do 2º Ciclo do Ensino Básico (2º CEB), em particular no currículo da disciplina de EVT, através de uma análise contextualizada e objectiva do programa da disciplina e do documento Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências Essenciais, na parte respeitante à Educação Artística, em especial à Educação Visual, dos quais faremos uma leitura cruzada e comparativa.

Os dois documentos apresentam entre si diferenças significativas que vão para além das meras questões de forma, não obstante entre eles distar apenas uma década – o programa de EVT foi aprovado em 1991 e as Competências Essenciais foram publicadas em 2001 – período aparentemente curto para tão grandes alterações. Subjacente a cada um deles está uma base conceptual e metodológica diversa que tem consequências ao nível da organização e planificação do ensino-aprendizagem das artes visuais no 2º CEB.

A EVT é uma disciplina que funde duas outras, uma de carácter artístico – a Educação Visual – a outra de carácter técnico e científico – a Educação Tecnológica. No entanto, nenhum dos documentos oficiais disponíveis apresenta uma justificação científica ou pedagógica para esta fusão. Constatamos que os aspectos artísticos, tanto no que respeita à criação, à reflexão ou à contemplação da arte, estão fora do seu esquema conceptual dado que ao longo do programa a tónica é posta nos “aspectos visuais e tecnológicos do envolvimento”. Esta apologia do “envolvimento” poderia ser entendida como uma forma de legitimar uma abordagem à arte mas na realidade não o é. Analisando os dois volumes do programa da disciplina verifica-se que a palavra “arte” só aparece uma única vez, no segundo volume, associada não a um conteúdo mas à área de exploração “mecanismos”, que pertence claramente à vertente tecnológica e não à vertente artística, à qual seria mais verosímil associar este conceito. Conceitos relacionados como Artes Visuais, Artes Plásticas ou Belas Artes, por exemplo, também não são referidos, havendo apenas uma referência às Artes Populares como parte integrante do património artístico.

Os conteúdos definidos para esta disciplina não têm qualquer relação hierárquica ou de precedência sendo apresentados por ordem alfabética numa clara pretensão de os nivelar. No entanto, há conteúdos mais abrangentes do que outros ou até conteúdos que podem ser entendidos como sub-conteúdos de outros (por exemplo a estrutura pode ser um sub-conteúdo da forma). Ao professor é dada total liberdade na gestão do programa da disciplina mas não são definidos conteúdos nucleares, o que poderá levar a que uns sejam sistematicamente abordados em detrimento de outros.

O programa sugere uma orientação metodológica que não é nova no panorama educativo português uma vez que segue as orientações dos anteriores programas de Educação Visual, nomeadamente no que respeita ao facto de considerar o meio envolvente como ponto de partida para as aprendizagens, à organização em Unidades de Trabalho ou à aplicação do Método de Resolução de Problemas. Consideramos que a base conceptual do programa de EVT é de influência construtivista, em que é dada ao aluno a hipotética possibilidade de construir o seu próprio conhecimento através da sua acção sobre o meio que o envolve, sendo que os conteúdos e as áreas de exploração definidos se integram, quanto a nós, em três domínios principais: Comunicação Visual e Elementos da Forma; Técnico e Tecnológico; e Desenvolvimento Pessoal e Social.

No que se refere às Competências Essenciais queremos evidenciar seis pontos principais em que este documento difere claramente do programa de EVT. Constatamos, em primeiro lugar, que a dimensão tecnológica deixou de estar associada à dimensão da Educação Visual, constituindo-se como uma área independente, fora do corpo da Educação Artística.

Em segundo lugar, damos conta que as artes passam ser o centro da Educação Artística, ao contrário do que acontecia no programa de EVT, onde praticamente não havia referência à “arte”. Há neste documento uma mudança radical de discurso face ao anterior, e fala-se agora na importância da *vivência artística* no desenvolvimento de competências, assumindo que será impossível fazer educação artística sem recurso à arte. Se com o programa de EVT as Artes Visuais estavam aparentemente arredadas da sala de aula, com as Competências Essenciais sugere-se claramente a abordagem pedagógica de obras de arte, utilizando-se mesmo a expressão “diálogo com a obra de arte”.

Em terceiro, este documento refere as *experiências de aprendizagem* que os alunos deverão ter *oportunidade de vivenciar* como forma de operacionalizar as competências definidas, notando-se diferenças em especial no que respeita à quantidade e à qualidade das experiências sugeridas. Agora sugere-se que os alunos devem conhecer o “património artístico nacional”, ao invés de conhecer apenas o “património local”; ter “contacto com diferentes tipos de culturas artísticas”, ao invés de contactar apenas com as “artes populares” do seu meio; ou seja, o âmbito desejável em que as experiências devem ocorrer alargou-se claramente.

Em quarto lugar, o documento critica abertamente o recurso sistemático ao Método de Resolução de Problemas, que acusa de propiciar a valorização de soluções utilitárias imediatas, negligenciando, por vezes, a dimensão estética. Propõe uma outra metodologia que relacione a percepção estética com a produção de objectos plásticos e que promova a criação de uma dinâmica propiciadora da capacidade de descoberta, da dimensão crítica e participativa e da procura da linguagem apropriada à interpretação estética e artística do Mundo. No que respeita à aquisição de conhecimentos este documento faz também uma nova proposta: sugere que as competências sejam desenvolvidas não só em espiral como em rede, ou seja, a aquisição de conhecimentos poderá processar-se sob a forma de espiral – em que o aluno parte de um determinado nível para progressivamente adquirir mais conhecimentos num sentido centrífugo ascendente; ou sob a forma de uma rede – a qual podemos comparar a um mapa de uma cidade onde existem diversos pontos de partida e diversos pontos de chegada, havendo pelo meio diversos percursos pelos quais se poderá progredir ao mesmo tempo, sendo que os momentos de maior crescimento ocorrerão no cruzamento de dois percursos.

Em quinto lugar, gostaríamos de referir que o documento das Competências Essenciais, particularmente no que se refere à Educação Visual, tem uma forte influência das investigações anglo-saxónicas sobre educação artística, referimo-nos à utilização da designação “Artes Visuais” e à base conceptual assente sobretudo no Discipline Based Art Education (DBAE).

Por último, gostaríamos de destacar o aparecimento de um novo conceito em documentos oficiais sobre educação artística em Portugal: a Literacia em Artes. A definição apresentada é coincidente com a visão mais contemporânea do

conceito e próxima das multiliteracias. Este conceito, que será discutido na nossa comunicação, encerra em si três áreas de competência no campo das artes: a comunicação, a criação, e a compreensão.

A comparação entre estes dois documentos cria alguma indefinição quanto à organização e planificação do ensino-aprendizagem das artes visuais no 2º CEB. A sistematização que apresentamos pretende não só ser esclarecedora dos pressupostos subjacentes a cada um como também um instrumento de trabalho para os professores da área das artes visuais.